A Questão Agrária e as Relações de Trabalho no Nordeste Brasileiro: da cana de açúcar à fruticultura irrigada no Vale do São Francisco

The Agrarian Issue and Labor Relations in the Brazilian Northeast: from sugarcane to irrigated fruit farming in the São Francisco Valley

Ielyson José Rodrigues de Melo (Doutorando do PIMES/UFPE, ielyson.melo@ufpe.br); **João Policarpo Rodrigues Lima (**Prof. Titular Aposentado do PIMES/UFPE e Pesquisador Sr.do CNPq, jprlima@ufpe.br) e **Ana Monteiro Costa** (Profa. do Depto de Economia da UFPE, monteiro.costa@ufpe.br)

RESUMO

De início, o trabalho aborda particularidades geográficas, climáticas e socioeconômicas, que ajudam a contextualizar os desafios enfrentados pela agricultura no Nordeste. Em seguida, é apresentado um panorama histórico que traça a trajetória da questão agrária na região, desde o ciclo da cana-de-açúcar até as transformações promovidas pela modernização agrícola e pelos programas de irrigação no século XX. Nesse contexto, o artigo analisa como o avanço do agronegócio no semiárido nordestino, especialmente no Vale do São Francisco, tem moldado a fruticultura irrigada na região, destacando os desafios estruturais que persistem, como a concentração fundiária e as desigualdades sociais. Esses fatores continuam a influenciar o desenvolvimento da área, apontando para a necessidade de um olhar crítico sobre os limites do modelo de crescimento adotado, que não resulta em uma mudança significativa nas desigualdades históricas.

ABSTRACT

Initially, the paper addresses geographical, climatic, and socioeconomic particularities, which help to contextualize the challenges faced by agriculture in the Northeast. Next, a historical overview is presented, tracing the trajectory of the agrarian issue in the region, from the sugarcane cycle to the transformations promoted by agricultural modernization and irrigation programs in the 20th century. In this context, the article analyzes how the advance of agribusiness in the semi-arid Northeast, especially in the São Francisco Valley, has shaped irrigated fruit farming in the region, highlighting the structural challenges that persist, such as land concentration and social inequalities. These factors continue to influence the area's development, pointing to the need for a critical view of the limits of the growth model adopted, which does not result in a significant change in historical inequalities.

1. Introdução

O Nordeste, com sua história marcada por desigualdades fundiárias e relações de trabalho baseadas na concentração de terras, água e na exploração da mão de obra, ocupa um papel estratégico na formação da estrutura agrária brasileira. A transição histórica que se observa, especialmente no contexto da fruticultura irrigada, reflete um modelo de modernização conservadora, onde os avanços tecnológicos e a introdução de novas práticas agrícolas coexistem com a permanência de estruturas concentradas de poder e recursos. Esse é o contexto deste trabalho e a síntese do que se quer mostrar.

De início, o trabalho aborda particularidades geográficas, climáticas e socioeconômicas, que ajudam a contextualizar os desafios enfrentados pela agricultura local. Em seguida, é apresentado um panorama histórico que traça a trajetória da questão agrária na região, desde o ciclo da cana-de-açúcar

até as transformações promovidas pela modernização agrícola e pelos programas de irrigação no século XX.

Essa modernização, baseada na irrigação de frutícolas principalmente voltadas para o mercado externo, tem conseguido expandir o PIB e a acumulação de capital e a diversificação da base econômica, num modelo onde políticas públicas desempenham papel importante, mas com cunho conservador do ponto de vista dos seus reflexos sociais, como será visto. Nesse contexto, o artigo analisa como o avanço do agronegócio no semiárido nordestino, especialmente no Vale do São Francisco, tem moldado a fruticultura irrigada na região, destacando os desafios estruturais que persistem, como a concentração fundiária e as desigualdades sociais. Esses fatores continuam a influenciar o desenvolvimento da área, apontando para a necessidade de um olhar crítico sobre os limites do modelo de crescimento adotado, que não resulta em uma mudança significativa nas desigualdades históricas.

2. Breve caracterização da região Nordeste

De acordo com Andrade (1976), o Nordeste brasileiro é caracterizado como uma região de contrastes marcantes, que refletem suas condições naturais e socioeconômicas. Por um lado, o semiárido enfrenta secas frequentes e calamitosas, com rios temporários que dificultam o desenvolvimento local. Por outro, a região abriga áreas úmidas no litoral, especialmente no leste, onde se desenvolveu historicamente a cultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata de estados como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, além da produção de cacau no sul da Bahia. Essa dualidade, que opõe áreas secas e úmidas, pode ser explicada pela configuração geográfica do Nordeste, com uma extensa e húmida faixa litorânea e áreas também extensas mais interioranas marcadas pelo clima semiárido.

A região Nordeste, com uma extensão territorial de 1.554.291,744 quilômetros quadrados representa aproximadamente 18% do território nacional, com população de 57.112.096 habitantes, o que representa aproximadamente 26,9% da população brasileira. (IBGE, 2024). Desses, aproximadamente 12,1 milhões de pessoas, ou 22,36% da população do Nordeste, residiam em áreas rurais, enquanto os demais 77,64% viviam em áreas urbanas (IBGE, 2023). Esses dados reforçam a dualidade presente na região, onde a urbanização avança, mas a população rural ainda desempenha papel importante em atividades econômicas mais tradicionais, como a agricultura e pecuária.

Essa realidade também se reflete no desempenho econômico da região. Entre 2002 e 2020, o PIB do Nordeste representou, em média, 13,6% do PIB brasileiro, apresentando variações ao longo do período. Em 2003, essa participação atingiu o patamar mais baixo da série histórica, com 12,8%, enquanto em 2020 alcançou 14,2%. No entanto, a distribuição interna do PIB nordestino revela uma concentração acentuada, com os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará somando 62,8% da riqueza produzida na região. Setorialmente, também há peculiaridades em sua estrutura produtiva: o setor de

serviços lidera com 72,4% do valor adicionado, sendo que a atividade pública de administração, defesa, educação, saúde e seguridade social representa 24,8%, um percentual superior à média nacional de 16,8% (FGV IBRE, 2023).

O setor agropecuário também demonstra maior relevância regional, compondo 7,2% do valor adicionado, contra 5,4% no Brasil. Por outro lado, a participação da indústria nordestina no valor adicionado total é inferior à nacional, especialmente na indústria de transformação. Em termos de crescimento, o Nordeste superou o desempenho nacional entre 2002 e 2020, com um crescimento médio de 2,2% ao ano, acima das regiões Sul e Sudeste, mas abaixo do Norte e Centro-Oeste. Nos anos recentes, apesar do crescimento de 3,5% em 2021 e 3,4% em 2022, o PIB regional segue enfrentando desafios, como a baixa contribuição da indústria de transformação e o menor PIB per capita do país (FGV IBRE, 2023).

Essa realidade econômica, caracterizada pelo crescimento desigual e pela concentração de riqueza em poucos estados, contribui para as profundas desigualdades sociais que marcam o Nordeste. De acordo com a Tabela 1, a pobreza no Brasil é mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste, com índices de 46,2% e 51%, respectivamente. Esses números são significativamente mais altos do que os encontrados nas regiões Sudeste (23%), Sul (17,1%) e Centro-Oeste (21,3%), que apresentam taxas consideravelmente mais baixas de pobreza (IBGE, 2021). Essa disparidade regional na pobreza reflete não apenas as diferenças em termos de acesso a serviços e recursos, mas também as desigualdades históricas e estruturais no Brasil, onde a região Nordeste concentra a maior parte da população em condições de vulnerabilidade econômica.

Tabela 1 – Brasil e Regiões: Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (2022).

Brasil e Regiões	Proporção (%)
Brasil	31,6
Norte	46,2
Nordeste	51,0
Sudeste	23,0
Sul	17,1
Centro-Oeste	21,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2021).

Esses indicadores revelam a profundidade das desigualdades regionais que marcam a formação socioeconômica do Brasil, com o Nordeste ocupando a posição de maior vulnerabilidade. Na seção seguinte iremos discutir as raízes históricas que ajudam a explicar tais disparidades: concentração fundiária, acesso restrito à água e por relações de trabalho que marginalizam os trabalhadores do campo.

3. A economia e a estrutura agrária do nordeste brasileiro

Introduzida no Nordeste no século XVI, a produção de açúcar moldou profundamente a estrutura social, política e cultural do país. As condições geográficas e climáticas favoráveis da região consolidaram seu papel estratégico para o império português, que explorava as riquezas da colônia por meio de uma economia voltada à exportação. Esse modelo agroexportador, sustentado pela dependência de trabalho escravizado predominantemente africano e pela concentração fundiária, gerou profundas desigualdades sociais e estruturou uma sociedade colonial estratificada.

Neste período, a economia do Nordeste foi fortemente marcada pela introdução da cultura da cana-de-açúcar, que rapidamente se tornou o principal motor econômico da região. A escolha da cana-de-açúcar como produto agrícola principal se deu pela combinação de condições naturais favoráveis, como o solo fértil, o clima tropical, os rios navegáveis e a proximidade dos portos, que facilitavam o transporte para o mercado europeu (ANDRADE, 1973).

Com o crescimento dessa atividade, o Brasil emergiu como o maior produtor mundial de açúcar até meados do século XVII, aproveitando-se da riqueza territorial e da demanda europeia. Ao contrário das colônias espanholas, centradas na extração de metais preciosos, a economia brasileira consolidou-se como agroexportadora. Essa dependência da produção açucareira, no entanto, gerou custos sociais significativos. A exploração do trabalho escravizado foi um dos pilares do sistema, que concentrou terras e consolidou uma elite agrária. Essa estrutura desigual sustentou a organização social e econômica da colônia. (GALEANO, 2011).

A economia açucareira não funcionava isoladamente. Como destacado por Prado Jr. (2017), dois sistemas produtivos interdependentes estruturaram a economia colonial. De um lado, a produção de cana-de-açúcar para exportação em larga escala, que ocupava as melhores terras e concentrava os esforços econômicos. De outro, as atividades assistenciais, que ofereciam suporte à produção açucareira. Essas atividades incluíam tanto o cultivo de gêneros alimentícios voltados para a subsistência dos trabalhadores rurais, com destaque para a mandioca, quanto a pecuária ambas essenciais para a manutenção do sistema agroexportador.

Esse modelo de produção, que exacerbava as desigualdades sociais internas, experimentou seu auge até a chegada dos holandeses. Durante sua ocupação no Nordeste, os holandeses dominaram o comércio de açúcar, acumulando valiosa experiência que, após a expulsão, lhes permitiu desenvolver colônias açucareiras nas Antilhas. Esse conhecimento transferido para as novas colônias intensificou a competição no mercado internacional, resultando na diminuição das exportações brasileiras e na redução das riquezas oriundas da cana-de-açúcar (FURTADO, 2005).

Durante esse período de declínio, a pecuária, que inicialmente funcionava como uma atividade auxiliar, se consolidou como uma alternativa mais estável. A expansão da pecuária para o interior nordestino foi crucial para a adaptação da economia colonial às novas condições. A pressão das

plantações de cana nas áreas mais férteis forçou a pecuária a se deslocar para o semiárido, regiões menos favoráveis para o cultivo de açúcar, mas que possibilitaram a ocupação do interior e o fornecimento de alimentos essenciais, como carne bovina, para as populações locais. A economia pecuária foi mais resiliente, pois era menos dependente das flutuações do mercado internacional e estava estruturada de maneira mais autossustentável (FURTADO, 2005).

Durante os séculos XVII e XVIII, a expansão da pecuária foi impulsionada a partir de focos irradiadores na Bahia e em Pernambuco, avançando pelo curso médio do rio São Francisco e alcançando regiões como Piauí e Maranhão. Apesar de enfrentar desafios climáticos no semiárido, a atividade consolidou-se como um dos principais sustentos da população rural e fator determinante na organização territorial. No entanto, as adversidades naturais, como a escassez de água e a baixa qualidade das pastagens, condicionaram uma ocupação irregular, concentrada em torno de rios perenes e fontes de água, resultando em aglomerados urbanos pequenos e atividades econômicas pouco diversificadas.

De acordo com Furtado (2005), a economia açucareira no Nordeste, iniciando sua queda na segunda metade do século XVII, manteve uma dinâmica de preservação estrutural que limitava o aumento da produtividade. A expansão da economia açucareira era extensiva, baseada na incorporação de terras e mão de obra, sem modificações significativas que pudessem aumentar a eficiência produtiva. Isso tornou a economia resistente a curto prazo às flutuações dos preços, mas também consolidou a estagnação a longo prazo. Em contraste, a economia criatória apresentou uma dinâmica distinta, com reposição automática de capital, ou seja, a renovação do rebanho ocorria naturalmente pela reprodução dos animais, reduzindo a necessidade de grandes investimentos externos, e condições de trabalho que favoreciam o crescimento vegetativo da força de trabalho, permitindo uma adaptação mais eficaz a um modelo de subsistência.

Ao lado da pecuária, outras atividades agrícolas no agreste e no sertão, como a produção de algodão, apresentaram uma trajetória mais integrada às dinâmicas do mercado global. De acordo com Furtado (2005), a guerra de independência dos EUA, ao desorganizar a produção de algodão nas colônias norte-americanas, abriu espaço para a concorrência de outras regiões produtoras, especialmente o Maranhão. A partir de meados do século XIX, o cultivo de algodão começou a se expandir para outros estados do Nordeste, através de parcerias entre proprietários de terra e trabalhadores “agregados” ou meieiros, com destaque para o papel dessa cultura na monetização da atividade agrícola no interior da região. Embora ainda caracterizado por um sistema desigual, com estrutura agrária concentrada e no qual o proprietário de terra exercia o controle sobre os trabalhadores e explorava suas condições, o cultivo de algodão também teve um impacto importante na fixação da população no semiárido, ao criar uma atividade agrícola que permitia a subsistência e a geração de renda.

Assim, fatores externos e internos terminaram acelerando a decadência do mercado açucareiro, mas também moldaram de forma duradoura a organização social e fundiária da região. A economia colonial nordestina, profundamente marcada pela produção açucareira e suas atividades complementares, evidencia a complexa relação entre o modelo agroexportador, as dinâmicas de trabalho e a estrutura fundiária. A monocultura da cana-de-açúcar, sustentada pela mão de obra escravizada e pela concentração fundiária, consolidou uma elite agrária e acentuou desigualdades sociais.

Portanto, a economia nordestina colonial não apenas desempenhou um papel central na formação das estruturas econômicas e sociais do Brasil, mas também expôs os limites de um modelo agroexportador sustentado por bases frágeis e desiguais. Enquanto o Nordeste permanecia preso à monocultura tradicional, à concentração fundiária e à dependência do trabalho escravizado, o Sudeste, embora impulsionado pelo dinamismo da cafeicultura e por inovações técnicas e institucionais, consolidava-se como o novo polo econômico do país sem romper com a estrutura fundiária concentrada e a lógica agroexportadora. O desenvolvimento da região manteve-se marcado pela forte desigualdade na distribuição da terra e pela superexploração da mão de obra, refletindo continuidades em relação aos modelos anteriores. Essa discrepância reflete as desigualdades inerentes aos modelos de desenvolvimento de ambas as regiões: no Sudeste, a modernização, embora seletiva e concentrada em setores estratégicos, favoreceu a integração ao mercado internacional sem romper com a estrutura fundiária concentrada e a exploração da mão de obra, ainda majoritariamente escravizada ou sub-remunerada; no Nordeste, a resistência às mudanças estruturais aprofundou a estagnação e manteve o meio rural preso a padrões de subsistência e exclusão social, embora ambas as regiões compartilhassem um modelo econômico baseado na grande propriedade e na desigualdade na distribuição de terras. Essas disparidades regionais ajudam a explicar o persistente subdesenvolvimento nordestino, especialmente em sua zona rural, onde o legado da concentração fundiária e da exploração do trabalho se perpetua.

3.1. Desenvolvimento da agricultura camponesa no Nordeste

De acordo com Sabourin (2009), a formação da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil possui raízes históricas marcadas pela interação entre diferentes sistemas de produção e pela exclusão territorial promovida pelas elites agrárias desde o período colonial. A colonização da região organizou-se em torno de grandes extensões de terras, concedidas pela Coroa Portuguesa por meio das sesmarias[1]. Essas terras foram destinadas, predominantemente, às grandes plantações de cana-de-

[1] As sesmarias foram doações de terras feitas pela Coroa Portuguesa durante o período colonial, com base em um instituto jurídico originado em 1375. Essas doações visavam a distribuição de terras para a colonização e a exploração agrícola, sendo o principal meio legal de obtenção de terras rurais e de titulação de propriedade no Brasil colonial. Pequenos produtores podiam apropriar-se de terras devolutas por meio de ocupação, ou seja, posse (NOZOE, 2006).

açúcar no litoral úmido e à pecuária extensiva no semiárido do sertão. Tal estrutura resultou na marginalização das populações que não faziam parte dos sistemas produtivos dominantes, mas que desempenharam papel crucial na formação da agricultura camponesa (SABOURIN, 2009)

Nesse contexto, a agricultura camponesa inserida em uma estrutura de dominação fundiária, foi uma forma de resistência à organização da agricultura no Brasil, que se consolidou ao longo do tempo. Nesse sentido, como destaca Wanderley (2015), a formação do campesinato brasileiro está intimamente ligada à resistência ao sistema fundiário baseado na grande propriedade e no trabalho escravo, e, mesmo com a consolidação do poder fundiário das elites, pequenos agricultores camponeses continuaram a ocupar, de forma precária e sem titulação jurídica, espaços periféricos aos latifúndios. A promulgação da Lei de Terras em 1850, que formalizou a compra como única forma de acesso à propriedade, reforçou essa exclusão, mas não extinguiu o sistema de posse precária, permitindo a continuidade de práticas agrícolas de resistência e, em alguns casos, a formação de comunidades camponesas mais permanentes.

Dessa forma, o interior nordestino, apesar de ser crucial para atividades de subsistência, como a pecuária, permaneceu marginalizado economicamente. A pecuária no sertão, voltada para o sustento local e sem a capacidade de gerar os mesmos lucros que a produção açucareira, não atraía investimentos das elites, que preferiam focar nas regiões voltadas à exportação. Além disso, as secas recorrentes e a fragilidade do sertão dificultavam a expansão da agricultura, tornando-a menos atraente para as elites coloniais. A falta de inovações e a ausência de uma estrutura de mercado mais robusta explicam, em grande parte, a marginalização do sertão, consolidando, portanto, a centralidade das atividades agroexportadoras no litoral (SABOURIN, 2009).

Entretanto, com o declínio da pecuária no sertão a partir do século XVIII e a fragmentação das grandes fazendas, novos processos de ocupação começaram a ocorrer, marcando a emergência do campesinato. Camponeses e trabalhadores livres passaram a ocupar espaços marginais, consolidando uma nova dinâmica agrária que, embora subordinada às elites, cumpria funções essenciais, como a produção de alimentos e a criação de animais. O fim das sesmarias, em 1823, também contribuiu para a formação de um mercado fundiário, com as terras devolutas tornando-se alvo de disputas entre as oligarquias locais e os camponeses (SABOURIN, 2009).

Além da posse da terra, o acesso à água tem sido historicamente um elemento central para a reprodução social e econômica das comunidades camponesas no Nordeste. Desde o período colonial, a disponibilidade de recursos hídricos nas áreas semiáridas da região foi um fator determinante para a organização social e produtiva, sendo a água frequentemente controlada pelas elites agrárias. Como aponta Sabourin (2009), o uso comunitário da água era uma prática comum entre os camponeses, que viam nesse recurso um bem coletivo essencial para sua subsistência. Contudo, ao longo do tempo,

essa relação se transformou com a intensificação do controle privado sobre os recursos naturais, especialmente em contextos de maior desenvolvimento agroexportador.

A água, antes utilizada de forma comunitária, tornou-se cada vez mais subordinada à lógica de mercado, sendo apropriada por grandes empresários e elites agrárias, em detrimento das populações locais. Polanyi (1980) alerta que a mercantilização de recursos essenciais à vida, como a água, representa uma destruição social, ao transformar aquilo que deveria ser um bem comum em uma mercadoria controlada por interesses privados. No contexto nordestino, esse fenômeno não apenas acentuou as desigualdades estruturais, mas também colocou os camponeses em uma posição ainda mais vulnerável dentro de um sistema econômico excludente.

Nesse cenário, a agricultura camponesa no Nordeste se desenvolveu entre as brechas e contradições dos sistemas dominantes. Esse processo gerou uma dinâmica de resistência e adaptação, conferindo ao campesinato uma resiliência notável, embora frequentemente submetida às pressões do poder local. A marginalização da agricultura camponesa no Brasil, que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, foi um reflexo de uma crise estrutural que gerou intensos conflitos pelo acesso à terra e violências contra os trabalhadores rurais. No entanto, ao mesmo tempo, o processo de crescente integração dos sistemas camponeses à economia de mercado, conforme observa Sabourin (2009), ampliou as trocas mercantis e os fluxos comerciais no campo, resultando na formação das Ligas Camponesas e sindicatos, que reivindicavam direitos para os trabalhadores rurais. Nesse contexto, durante o período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1945, ocorreu uma intensa mobilização camponesa em diversos estados do país, com o Partido Comunista se destacando como a única organização que efetivamente atuava junto às massas rurais, enquanto as demais forças políticas limitavam-se a estratégias eleitorais atreladas à influência dos grandes latifundiários. Segundo Ianni (2012), esse processo consolidou os trabalhadores rurais como uma força de trabalho subordinada, essencial para a reprodução do capital industrial e comercial, mas sem obter os frutos de seu trabalho, o que levou ao fortalecimento das Ligas Camponesas como um movimento de resistência e reivindicação por reforma agrária.

Com o golpe de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas pelos novos governantes, que as viam como organizações politicamente excessivas e fora do controle do Estado. Em seu lugar, os sindicatos rurais emergiram, tanto como uma resposta às reivindicações dos trabalhadores do campo quanto como um instrumento do governo para regular e formalizar as relações de trabalho no setor agrícola. Até então, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, não abrangia os trabalhadores rurais, limitando-se ao setor urbano. Foi somente em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que se estabeleceram regras mais claras para os contratos de trabalho e para a sindicalização no meio rural (IANNI, 2012).

Com esse avanço legal, os sindicatos rurais se multiplicaram rapidamente, absorvendo muitas das antigas Ligas Camponesas e se beneficiando de maior estrutura organizacional e apoio financeiro, especialmente de partidos políticos e da Igreja Católica. Além disso, a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), em vigor entre 1963 e 1964, também incentivou a criação de sindicatos, ampliando a presença do Estado na mediação das relações de trabalho no campo. No entanto, a partir de 1964, com a ascensão do governo de Humberto de Alencar Castello Branco, a sindicalização rural sofreu forte repressão. Líderes de movimentos sociais como Francisco Julião, Miguel Arraes, Gregório Bezerra e Leonel Brizola foram afastados, e embora os sindicatos não tenham sido formalmente proibidos, muitos sofreram intervenção estatal. Apesar dessa repressão, as tensões sociais no campo não foram contidas, mas intensificadas, forçando o proletariado rural a retomar sua luta pela sindicalização, um direito essencial para a reivindicação de melhores condições de trabalho e sobrevivência no campo (IANNI, 2012).

A formação e o desenvolvimento da agricultura camponesa no Nordeste revelam assim uma complexa interseção entre a estrutura fundiária e as relações de trabalho, marcada pela resistência e pela luta das populações camponesas contra a exclusão territorial promovida pelas elites agrárias. A histórica marginalização do campesinato, que se iniciou no período colonial e se perpetuou até o século XX, foi estruturada por um modelo agrário concentrado nas mãos das elites, com grande parte da terra e dos recursos, como a água, sendo apropriados por grandes proprietários. Esse processo de exclusão evidenciou as relações de trabalho baseadas na subordinação e exploração do campesinato e pela precarização das condições de trabalho assalariado.

3.2. A consolidação da estrutura agrária no nordeste brasileiro

No processo evolutivo do setor açucareiro no Nordeste houve, a partir do século XIX, um período de transição marcado por mudanças tecnológicas e produtivas. A substituição gradual dos engenhos pelas usinas reorganizou as relações de trabalho e propriedade, ao mesmo tempo em que aprofundou as desigualdades sociais. Esses processos refletiram não apenas uma tentativa de modernização, mas também a permanência de estruturas de exploração no campo, que seriam determinantes para a dinâmica agrária da época. A lavoura canavieira enfrentava sérias dificuldades, como a queda nos preços do mercado externo, a concorrência internacional e a falta de capitais para modernizar a produção. Esses desafios impulsionaram tentativas de mudança a partir de 1870, com o governo imperial concedendo subsídios para a construção de engenhos centrais[2] e ferrovias, buscando modernizar o setor (SHIMADA, 2013).

[2] Esses engenhos eram, geralmente, controlados por empresas comerciais, muitas vezes estrangeiras, e se caracterizavam pela utilização de tecnologias modernas, como a mecanização do processo produtivo. Além disso, os engenhos centrais eram subsidiados pelo governo imperial, que oferecia garantias de juros sobre o capital investido, e apresentavam restrições quanto à posse de terras para o cultivo de cana e ao uso de mão-de-obra escrava (ANDRADE, 2001).

O modelo dos engenhos centrais, apoiado pelo governo imperial, baseava-se na separação entre produção agrícola e industrial, concentrando capital em usinas que dependiam de fornecedores de cana. Embora houvesse incentivos governamentais, como isenção de impostos e crédito subsidiado, essa política confrontava os interesses da aristocracia rural, que temia perder o monopólio histórico sobre a produção. Wanderley (1979), explica que essa resistência por parte da aristocracia rural tinha impactos diretos na dinâmica fundiária da região. Embora alguns senhores de engenho tivessem se adaptado e prosperado com a transição, muitos resistiram ou foram excluídos do processo. Para os que conseguiram modernizar seus engenhos ou se integrar ao modelo de usinas, os benefícios foram claros. No entanto, uma parcela significativa enfrentou dificuldades para acessar os capitais necessários ou mesmo para aceitar as mudanças culturais e produtivas que a transição impunha. Nesse contexto, muitos acabaram vendendo suas propriedades ou reduzindo suas operações, tornando-se apenas fornecedores de cana para as usinas, e, assim, abrindo mão da produção de açúcar. Essa reconfiguração não apenas aprofundou a concentração fundiária nas mãos dos proprietários das usinas, como também consolidou um sistema de dependência econômica entre os fornecedores e os grandes investidores industriais, perpetuando as desigualdades estruturais no campo.

O processo de acumulação nas usinas de açúcar, de acordo com Wanderley (1979), fundamentava-se na exploração do trabalho assalariado, cuja base era a apropriação da mais-valia gerada pelos operários. A transição do trabalho escravo para o assalariado, nesse contexto, não significou uma ruptura com a exploração, mas sim uma reorganização das relações de subordinação, que agora se estruturavam sob o controle do capital industrial. Além disso, a manutenção de vínculos entre o capital e a propriedade fundiária condicionava as possibilidades de acumulação, ao mesmo tempo em que limitava a autonomia dos trabalhadores. Esse modelo era também influenciado pelos limites estruturais do mercado do açúcar, marcado por flutuações de preço e competição internacional, que intensificavam a exploração da mão de obra como estratégia para garantir os lucros do setor, perpetuando desigualdades históricas no campo.

Durante a República Velha a economia nordestina manteve a marca dessas desigualdades estruturais, refletindo a continuidade de um modelo agrário que preservava traços do período colonial. A região continuava a exibir uma estrutura fundiária altamente concentrada, dominada por grandes propriedades voltadas para a produção de *commodities* destinadas ao mercado externo, como o açúcar e o algodão. Apesar do avanço das usinas em substituição aos antigos engenhos, o processo de modernização revelou dificuldades estruturais significativas e não conseguiu mitigar as profundas desigualdades sociais que moldavam a vida no campo. Embora houvesse avanços tecnológicos, a modernização agrícola acentuou a concentração de renda e reduziu o número de postos de trabalho. Essa dinâmica gerou um excedente de mão de obra que, enquanto favorecia o surgimento de grandes indústrias urbanas, pressionava os salários para baixo e limitava a expansão do mercado interno.

A dependência de modelos tradicionais de produção e a ausência de avanços significativos na industrialização agravaram a estagnação econômica e intensificaram as migrações. Muitos migraram em busca de melhores condições de vida e trabalho, enquanto a região permanecia como uma "periferia" dentro da economia nacional, sobretudo após a crise de 1929. Esse episódio revelou ainda mais as fragilidades do Nordeste, incapaz de competir com a industrialização avançada e mecanizada do Sudeste.

Nesse contexto, o aumento da utilização da força de trabalho não resultou em um aumento nos salários. Ao contrário, os usineiros buscaram reduzir os custos de reprodução da força de trabalho como uma forma de aumentar a mais-valia extraída do trabalhador. Para atingir esse objetivo, recorreram a características de uma economia pré-capitalista, onde uma parte significativa do salário era composta por benefícios não monetários, como a concessão de moradias e pequenos sítios. Essa estratégia visava fixar a mão-de-obra nas usinas e reduzir os custos de reprodução, sem, contudo, alterar o caráter mercantil da força de trabalho (WANDERLEY, 1979).

A resposta da economia nordestina à crise, ao intensificar a jornada de trabalho e precarizar as condições de vida, reflete a forma como as crises foram administradas: priorizando a manutenção das estruturas de poder e de exploração. Nesse contexto, a manutenção de práticas de trabalho arcaicas, que sustentaram a concentração de riqueza nas mãos da elite agrária, revelou-se uma estratégia economicamente viável para a elite dominante, ao garantir lucros com menores custos e riscos. Essa dinâmica é válida principalmente na Zona da Mata canavieira, onde as relações de trabalho arcaicas se mantiveram, mesmo com a modernização do processo produtivo.

É importante também destacar que, além das crises do setor açucareiro, a economia nordestina historicamente enfrentou outro obstáculo crucial: as secas que atingem majoritariamente o agreste e o sertão. As recorrentes estiagens na região não apenas agravaram a já precária situação econômica, mas também exigiram intervenções do Estado, que tentava buscar soluções para minimizar os efeitos devastadores sobre a produção agrícola e a vida da população nordestina. A tentativa de adaptação da economia regional às secas, por meio de políticas públicas e obras de infraestrutura, foi um reflexo da incapacidade de superação dos problemas estruturais locais.

3.2.1 A centralização do poder na era Vargas e os impactos na economia nordestina

De acordo com Andrade (1970), a crise do setor açucareiro foi um reflexo das dificuldades estruturais do modelo econômico do Brasil, que, desde o final do século XIX, já enfrentava problemas de superprodução e queda nos preços internacionais. No entanto, foi no contexto da Revolução de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de intervir diretamente na economia, visando controlar setores-chave e reverter a crise. Através da criação de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), o governo Vargas

centralizou a gestão da produção açucareira, impondo cotas de produção e promovendo uma reorganização da distribuição do açúcar, o que afetou diretamente os interesses dos produtores do Nordeste.

A centralização do poder não se limitou à reorganização da produção açucareira. Como apontado por Andrade (1970), o governo Vargas buscou uma modernização da economia brasileira, implementando políticas de industrialização e incentivando a autossuficiência. Para isso, era essencial consolidar uma maior centralização política e administrativa, o que se traduziu na criação de um Estado forte, com capacidade de controlar e regular a economia de maneira mais eficaz. No entanto, esse processo de modernização teve um impacto desigual entre as regiões, com o Nordeste sendo particularmente afetado pela reestruturação do setor agroexportador e pela dificuldade de adaptação à nova dinâmica econômica imposta pelo governo.

Oliveira (1981) contribui para essa análise ao observar que o processo de centralização durante a Era Vargas não se limitou à reorganização de setores econômicos, mas também envolveu um enfraquecimento das estruturas de poder locais, especialmente no Nordeste. Ele argumenta que a centralização do poder político e econômico levou a uma marginalização ainda maior das elites regionais, cujos interesses não foram plenamente contemplados nas políticas federais. Além disso, Oliveira (1981) destaca que a dependência da agricultura de exportação e a falta de uma verdadeira industrialização no Nordeste perpetuaram a subordinação da região, mantendo a desigualdade entre o Sul e o Nordeste como um dos maiores desafios do Brasil.

Essa dinâmica de centralização e marginalização se intensificou com a continuidade das políticas de Vargas no segundo governo (1951-1954), período em que o Brasil vivenciou uma expansão ainda mais acentuada da indústria e uma crescente concentração das forças produtivas no Sudeste. Nesse período, o Nordeste se destacava como uma região em crescente atraso em relação aos centros industriais mais desenvolvidos do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro desse contexto, a Assessoria Econômica[3] de Vargas também se dedicou à análise das falhas nas políticas de combate às secas no Nordeste. A dependência excessiva de grandes obras de engenharia, como açudes e sistemas hidráulicos, foi criticada, e a necessidade de um planejamento econômico regional mais integrado foi enfatizada. O foco deveria ser não apenas nas obras, mas também no fortalecimento da economia local, com investimentos em atividades sustentáveis, como a agricultura, a indústria e a infraestrutura. A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi uma das principais propostas da Assessoria para financiar o desenvolvimento da região, considerando que

[3] A Assessoria Econômica foi criada durante o Governo Vargas como um órgão técnico voltado ao assessoramento e planejamento das questões econômicas do país. Sua principal função era atender às solicitações da Presidência da República, formulando projetos para o desenvolvimento econômico com uma perspectiva nacionalista. Esse órgão, que atuou de forma discreta e sem destaque político, tornou-se fundamental para a elaboração de políticas econômicas voltadas para a independência do Brasil, sendo uma inovação ao criar, pela primeira vez, uma estrutura permanente para o planejamento econômico no país (D'ARAÚJO, 1992).

o combate à seca e à pobreza exigiria um apoio financeiro sólido e programas de longo prazo (TAVARES, 1991).

Assim, fica evidenciado que a centralização do poder na Era Vargas trouxe avanços importantes para a modernização econômica do Brasil, mas revelou profundas contradições ao perpetuar as desigualdades regionais, especialmente no Nordeste. Embora iniciativas como a criação do Banco do Nordeste e os planos de infraestrutura buscassem promover um desenvolvimento mais equilibrado, a subordinação do Nordeste às dinâmicas econômicas do Sul e Sudeste mostra o caráter limitado das políticas implementadas. A falta de uma verdadeira transformação estrutural, somada à priorização de interesses nacionais e internacionais, manteve a região em uma posição de dependência e marginalização. Essa realidade expõe a fragilidade de um modelo de desenvolvimento que, ao não enfrentar diretamente as raízes das desigualdades regionais, reforça o papel periférico do Nordeste no projeto nacional.

3.2.2 A Sudene e a tentativa de superar os desequilíbrios regionais

Como já discutido no tópico anterior, a centralização do poder contribuiu para o agravamento dos desequilíbrios regionais. Reconhecendo a gravidade dessa questão, o governo Kubitschek, por meio do Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O GTDN foi incumbido de elaborar um diagnóstico detalhado da situação econômica da região e propor soluções para seus desafios estruturais (BRASIL, 1956)

O relatório do GTDN enfatizou que a industrialização era a única saída viável para superar o atraso econômico do Nordeste. Essa perspectiva levou à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A SUDENE foi estabelecida com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, reduzir as desigualdades e estimular a industrialização no Nordeste, uma das regiões mais empobrecidas do país. Seu foco estava em ações que buscavam atrair investimentos e incentivar a implementação de projetos que pudessem transformar a economia nordestina, compensando as distorções provocadas pela centralização do poder e pela concentração das riquezas nas regiões mais industrializadas (BRASIL, 1959).

A análise do diagnóstico sobre o Nordeste, conforme o relatório do GTDN, destaca a perda de dinamismo do setor açucareiro como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da região (Wanderley, 1979). Com a perda da capacidade do setor em gerar emprego e renda, surgia a necessidade de uma reestruturação econômica. Para o GTDN, uma das soluções era a modernização da agricultura canavieira, por meio da implementação de novas técnicas e da liberação de terras para a diversificação das culturas. No entanto, a proposta de modernização agrícola enfrentava um grande desafio: a insuficiência de infraestrutura e de uma força de trabalho qualificada capaz de sustentar essas transformações.

Foi nesse contexto que, de acordo com Andrade (1976), a SUDENE passou a ser vista como a chave para promover um desenvolvimento regional mais abrangente. A integração entre a formação de quadros técnicos e a implementação de infraestrutura básica, como estradas e portos, era vista como essencial para garantir o sucesso da modernização agrícola e da industrialização da região. O autor reconhece que o investimento em infraestrutura e na formação de trabalhadores especializados seriam fundamentais para o desenvolvimento de setores chave como a cana-de-açúcar e o cacau, produtos ainda essenciais para a economia nordestina. Contudo, apesar desses esforços, a realidade de uma infraestrutura deficiente e de um sistema produtivo que enfrentava desafios naturais como a seca e o empobrecimento dos solos limitava o avanço desejado.

Porém, a proposta de desenvolvimento defendida pela SUDENE não foi isenta de críticas. Oliveira (1981), ao analisar as políticas implementadas pela Superintendência, sugere que as iniciativas do governo federal, embora ambiciosas, eram insustentáveis em termos de uma transformação autêntica da região. Para ele, o modelo de desenvolvimento da SUDENE, ao focar em uma alocação otimizada de recursos e em incentivos fiscais, não questionava as profundas desigualdades estruturais e as relações de poder que perpetuavam o subdesenvolvimento. Oliveira (1981) ainda aponta que, ao tentar corrigir os "desequilíbrios regionais", a SUDENE acabou por reforçar a centralização do poder econômico nas mãos de elites que perpetuavam a dependência do Nordeste em relação ao capital monopolista. A crítica do autor se insere em uma análise mais ampla sobre a dinâmica de poder no Brasil, em que o Estado, ao financiar a expansão do capitalismo monopolista, não promoveu um desenvolvimento autônomo para a região, mas sim uma transferência de hegemonia do capital do Centro-Sul para o Nordeste.

Dentro desse contexto de políticas públicas falhas, um dos maiores desafios enfrentados pela população nordestina continua sendo o problema das secas, ao lado da estrutura fundiária concentrada. As secas periódicas, que castigam o semiárido, tornam-se uma expressão visível da desigualdade regional e da falência de soluções superficiais para o desenvolvimento. No entanto, ao abordar esse fenômeno, é preciso compreender que o Nordeste brasileiro não é uma região homogênea.

4. A modernização conservadora a partir do Estado: a consolidação da irrigação no vale do São Francisco

O Nordeste brasileiro, frequentemente associado a imagens de superpopulação e pobreza extrema, é uma região marcada por contrastes climáticos e sociais. Embora amplamente reconhecida por suas secas periódicas, não é integralmente semiárido. Enquanto o Sertão e o Agreste sofrem com chuvas escassas e irregulares, outras áreas, como a faixa oriental e a porção ocidental, possuem climas mais úmidos e são importantes para a produção agrícola e a economia nacional (ANDRADE, 1986).

As secas, no entanto, têm moldado a história e a organização social do semiárido. Diante dessa vulnerabilidade climática e da necessidade de adaptação produtiva, a ocupação do Vale do São Francisco seguiu um padrão distinto, marcado pelo aproveitamento dos recursos hídricos do rio. Historicamente, a região foi marcada por atividades agropecuárias que surgiram no século XVIII, com o desbravamento do interior e a criação de gado. Nesse período, a pecuária foi predominante, sendo realizada de forma extensiva, com a criação de bovinos, caprinos e ovinos nas áreas de Caatinga. Já a agricultura se concentrava nas margens do Rio São Francisco, onde o plantio de culturas alimentares aproveitava as cheias periódicas, permitindo a subsistência dos produtores e a comercialização do excedente (POSSÍDIO, 1997). No entanto, a forte dependência da disponibilidade hídrica sempre representou um desafio para a população da região, uma vez que as atividades agropastoris, essenciais para a subsistência local, estavam diretamente atreladas à ocorrência de chuvas.

Diante da crescente pressão dos estados nordestinos, o governo federal iniciou uma política mais estruturada para lidar com as secas, culminando na criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que, a partir de 1945, viria a ser o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Esse foi o primeiro esforço sistemático para enfrentar os efeitos das estiagens por meio da construção de barragens e grandes reservatórios de água. No entanto, esses vultosos investimentos serviram aos grandes proprietários de terras, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais raramente tiveram acesso às áreas irrigadas ou aos recursos hídricos. A ausência de uma política social integrada, que promovesse reforma agrária ou distribuição de terras irrigáveis, perpetuou a desigualdade na região, reforçando a concentração fundiária e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento adotado para o semiárido**.** Dessa forma, a irrigação foi apropriada como uma estratégia para aprofundar a modernização agrícola sob a lógica da grande propriedade, garantindo maior estabilidade produtiva e expandindo a produção para o mercado externo, mas sem romper com as desigualdades estruturais que historicamente marcaram a região.

Nesse contexto podemos afirmar que **e**sse processo de irrigação no Brasil, liderado por políticas públicas, associa-se a desigualdades. O país tem se destacado na exportação de frutas, especialmente no semiárido nordestino, onde a irrigação é peça-chave para viabilizar a produção em larga escala. Esse crescimento, entretanto, evidencia uma profunda desigualdade no acesso à água. Mathias (2023), demonstra como a concentração dos recursos hídricos favorece grandes produtores, enquanto populações locais enfrentam dificuldades no abastecimento. Contudo, nos Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs), há também parcelas menores destinadas a pequenos produtores, coexistindo com lotes maiores explorados por empresas, o que demonstra uma dinâmica fundiária mais heterogênea. A irrigação intensiva, viabilizada tanto por projetos públicos como os PPIs quanto pelo uso privado das águas subterrâneas, tem impulsionado a fruticultura voltada ao mercado externo,

mas à custa de um modelo de desenvolvimento que aprofunda desigualdades e gera impactos socioambientais.

No submédio do rio São Francisco, onde a fruticultura irrigada se expandiu significativamente, a irrigação se tornou um marco central da modernização conservadora da região. Nesse sentido, a irrigação no Vale do São Francisco reflete o que Florestan Fernandes (2009) descreve como a arcarização do moderno, onde a introdução de técnicas modernas se dá de forma conservadora, preservando e até reforçando estruturas de poder e desigualdade preexistentes. Com esse objetivo, os grandes investimentos no Vale do São Francisco tiveram início em 1945, com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, voltada para a geração de energia a partir das águas do rio. A partir de 1948, com a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), o governo federal passou a considerar as particularidades regionais, promovendo pesquisas sobre culturas irrigadas. No entanto, foi com a criação da SUDENE, em 1959, que surgiram propostas mais amplas de irrigação, inspiradas no caso de sucesso israelense[4]. Em 1963, foi instituído o Grupo de Irrigação do São Francisco, e, em 1966, a Sudene, em parceria com a *Food Agricultural Organization* (FAO)definiu o Plano Diretor da Irrigação (PDI), impulsionando ainda mais essa estratégia.

Segundo Castro (2018), a captura das instituições governamentais pelas oligarquias resultou na priorização de interesses privados em detrimento de seus objetivos originais, comprometendo a eficácia dos projetos de irrigação. A corrupção e o desvio de recursos públicos foram, portanto, fatores que dificultaram a implementação de soluções eficientes, prejudicando o sucesso dos projetos de irrigação no semiárido nordestino. Este cenário problemático pode ter limitado o impacto positivo das iniciativas que, embora bem-intencionadas, não conseguiram alcançar seus objetivos de forma plena devido à intervenção de interesses privados. Ainda assim, o incentivo à irrigação como resposta à escassez hídrica seguiu sua trajetória, culminando na implementação de projetos concretos a partir do final da década de 1960.

Silva (2012) destaca que o Projeto Piloto de Bebedouro[5], inaugurado em 1968 em Petrolina-PE, foi um marco inicial nos investimentos públicos em agricultura irrigada no Submédio São

[4] O sucesso israelense na irrigação resulta de investimentos contínuos em pesquisa, inovação tecnológica e gestão eficiente dos recursos hídricos. Diante de um território majoritariamente árido e com escassez de água, Israel desenvolveu soluções como a irrigação por gotejamento pressurizado, a dessalinização da água do mar e o reuso de águas residuais. Além disso, o país mantém uma forte integração entre universidades, centros de pesquisa e produtores agrícolas, garantindo que novas tecnologias sejam constantemente aplicadas e adaptadas às necessidades do setor. O modelo israelense combina alta produtividade com o uso racional da água, servindo como referência para regiões semiáridas ao redor do mundo (BRASIL, 2020).

[5] O Projeto Bebedouro foi o primeiro perímetro público de irrigação implantado no Submédio São Francisco, localizado no município de Petrolina-PE. O projeto teve como objetivo impulsionar a agricultura irrigada na região, promovendo a diversificação das culturas e incentivando pequenos produtores. Contou com o apoio técnico da SUDENE e da SUVALE e se tornou um modelo para os projetos de irrigação que seriam expandidos nas décadas seguintes (JOAQUIM, 2014).

Francisco. A partir desse projeto, com a atuação da SUDENE e da SUVALE, culturas como tomate, melancia e uva começaram a ser difundidas, estimulando a participação de grandes empresas privadas. No entanto, a reestruturação institucional na década de 1970 trouxe mudanças significativas para a gestão dos projetos de irrigação. Em 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) foi criada para substituir a SUVALE, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento do Vale do São Francisco e ampliando os investimentos em infraestrutura hídrica. Com a implementação do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco (1975-1979), no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, a nova instituição impulsionou a expansão dos perímetros irrigados na região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, consolidando a irrigação como um dos pilares da economia local.

Esses investimentos iniciais em irrigação tiveram um impacto duradouro na região, e hoje o Polo Petrolina-Juazeiro conta com sete perímetros irrigados em funcionamento[6]. Esses perímetros, implementados em diferentes momentos e contextos, refletem as fases distintas da política pública de irrigação. O Bebedouro, por exemplo, serviu como laboratório para avaliar se seriam viáveis os investimentos de irrigação no semiárido, ao lado do perímetro de Mandacaru. Por sua vez, o Perímetro Nilo Coelho, iniciado em 1984, foi implantado em um momento em que já se havia comprovado a viabilidade econômica dessas iniciativas, evidenciada pelo crescimento econômico dos municípios do Polo.

Essa trajetória de expansão da irrigação não se restringiu apenas à implantação de perímetros, mas foi acompanhada de investimentos contínuos em infraestrutura hídrica, impulsionando um processo mais amplo de modernização agrícola na região. A atuação da SUDENE e de órgãos como a recém-criada CODEVASF garantiu o suporte técnico e financeiro necessário, ao mesmo tempo em que fortaleceu a integração entre os setores público e privado. Dessa forma, a partir da década de 1970, consolidou-se a estruturação de um polo agroindustrial no Submédio São Francisco, inserido no projeto mais amplo de modernização da agricultura brasileira. Esse movimento, fortemente impulsionado pelo Estado, favoreceu a emergência de um modelo econômico mais empresarial, pautado por novas relações de produção e sociabilidade capitalistas. A prática da irrigação, ao tornar-se um elemento central nesse contexto, viabilizou a expansão do agronegócio na região. Fatores como as condições edafoclimáticas (características climáticas e de solo para o desenvolvimento de cultivares) favoráveis, a disponibilidade de terras e água, e o papel determinante do Estado nos investimentos iniciais foram essenciais para essa transformação produtiva. A partir desse cenário, o capital privado passou a desempenhar um papel decisivo, impulsionando o crescimento da fruticultura irrigada e consolidando a região como um polo estratégico para a exportação agrícola (SILVA, 2012).

[6] São eles: Bebedouro, Senador Nilo Coelho (e sua extensão, Maria Tereza), em Petrolina. Em Juazeiro temos os de Curaçá, Maniçoba, Tourão e Mandacaru.

Diante dessa transformação produtiva e da crescente integração entre o setor público e privado, a estrutura fundiária no Vale do São Francisco passou por mudanças significativas, especialmente com as desapropriações de terras decorrentes dos projetos de irrigação. Essas mudanças tiveram um grande impacto no mercado fundiário, subordinando-o ao movimento de valorização do capital e redefinindo o papel da terra na região (LIMA; MIRANDA, 2001).

O modelo de irrigação adotado no semiárido nordestino, enquanto instrumentalizado pelo Estado, demonstra as limitações de uma visão excludente e centrada na grande propriedade. Apesar dos enormes investimentos em infraestrutura hídrica e das promessas de desenvolvimento regional, o acesso desigual aos recursos naturais, como a água, perpetuou as desigualdades sociais. Embora os perímetros irrigados incluam áreas para pequenos produtores - que acessam pacotes tecnológicos com correção de solo, defensivos agrícolas e sementes selecionadas (LIMA; MIRANDA, 2001) -, essa inclusão é marcada por assimetrias estruturais.

A irrigação não se tornou uma solução democrática. Pelo contrário, consolidou a apropriação privada da água, que passou a ser um instrumento de poder nas mãos das elites. Enquanto os pequenos agricultores dos perímetros se modernizam de forma limitada, a exemplo dos lotes de 6,5 hectares descritos por Lima e Miranda (2001), grandes empresas controlam canais públicos para produzir uva e manga**Erro! Indicador não definido.**. Essa realidade expõe o cerne da modernização conservadora: a infraestrutura avança tecnologicamente, mas reproduz a "arcarização do moderno" (FERNANDES, 2009), onde relações sociais excludentes se mantêm sob novas roupagens.

A irrigação, portanto, apesar dos avanços, ao invés de ser uma solução inclusiva e transformadora, acabou consolidando um modelo de desenvolvimento que favorece majoritariamente grandes produtores voltados para o mercado externo, enquanto os pequenos agricultores, apesar de incluídos no processo, continuam à margem do real poder econômico e da distribuição de benefícios. Esse fenômeno evidencia a fragilidade das políticas públicas no Brasil, que, frequentemente, falham em estruturar um sistema justo e igualitário de distribuição de recursos, como a terra e a água, reforçando o caráter excludente da modernização agrícola no país.

Contudo, as falhas nas políticas públicas, que também foram evidenciadas no tópico anterior ao tratarmos especificamente da atuação da SUDENE, não são completamente suficientes para explicar a persistência desse modelo de desenvolvimento ao longo da história. Em uma análise mais profunda, Florestan Fernandes nos alerta para o fato de que essas "falhas" não são meramente operacionais ou acidentais, mas são, na realidade, parte de uma dinâmica estrutural que transcende as intenções do Estado. Para Fernandes (2009), o problema está na própria estrutura da economia dependente[7], como a brasileira, que enfrenta dificuldades para superar o subdesenvolvimento.

[7] Fernandes (2009) argumenta que a economia dependente é caracterizada pela subordinação dos países periféricos aos interesses das potências centrais. Segundo o autor, as economias dependentes, como o Brasil, apresentam uma estrutura

No contexto do Vale do São Francisco, onde a produção de frutas é predominantemente voltada para exportação, a dependência estrutural da região se torna ainda mais evidente. Seguindo a lógica do capitalismo dependente, conforme analisado por Florestan Fernandes (2009), a modernização da fruticultura irrigada ocorre de forma subordinada ao capital externo, reproduzindo um modelo de desenvolvimento que não rompe com as desigualdades históricas, mas as atualiza dentro de uma nova lógica produtiva. A dinâmica econômica local é amplamente moldada pelos interesses dos mercados internacionais, determinando o padrão tecnológico e organizacional da produção, além de reforçar a vulnerabilidade dos pequenos produtores.

Embora a fruticultura tenha gerado importantes benefícios, como a ampliação da oferta de empregos formais (com média de um emprego por hectare e até quatro empregos por hectare em algumas culturas como a uva), esses ganhos tendem a ser concentrados nos grandes produtores, que detêm maior capacidade de adaptação às exigências do mercado externo. De fato, os projetos de irrigação, que somam cerca de 40.000 hectares, distribuíram a terra entre colonos e empresas, com a maior parte (61,7%) destinada a unidades empresariais. Enquanto os pequenos produtores, com áreas médias de 6,5 hectares, enfrentam dificuldades para acessar tecnologias avançadas, os grandes empresários, com até 500 hectares, direcionam sua produção para culturas de maior rentabilidade, como a uva e a manga, que atendem diretamente às demandas globais (LIMA; MIRANDA, 2001).

Portanto, as reflexões de Florestan Fernandes e dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência nos ajudam a compreender que o problema central do Vale do São Francisco não reside apenas em questões como a falta de infraestrutura ou na má gestão dos recursos (embora esses fatores possam ter relevância), mas, acima de tudo, na própria estrutura de poder que perpetua um modelo de modernização subordinada. Nesse sentido, o desenvolvimento da fruticultura irrigada na região não representou uma ruptura com a dependência histórica, mas sim sua reconfiguração dentro da lógica do capitalismo global. Ainda que o Brasil tenha ampliado sua inserção nos mercados internacionais, essa inserção ocorre de forma assimétrica, consolidando a superexploração da força de trabalho[8], característica dos países de capitalismo dependente. Assim, mesmo com melhorias na infraestrutura e a expansão da fruticultura exportadora, os trabalhadores e pequenos produtores

econômica dual, com uma parte voltada para a exportação de matérias-primas e outra para a industrialização sob o controle do capital externo ou das elites locais alinhadas aos interesses estrangeiros. Esse processo histórico de dependência, que remonta ao período colonial, impede o desenvolvimento autônomo, perpetuando as desigualdades internas e externas. Fernandes defende que essa dependência não é apenas econômica, mas também política, refletindo uma falta de autonomia tanto na esfera econômica quanto nas decisões políticas do país.

[8] O conceito de superexploração da força de trabalho é a pedra angular da Teoria Marxista da Dependência, formulada por Ruy Mauro Marini. Diferente da exploração tradicional do capitalismo central, que busca aumentar a mais-valia via produtividade (mais-valia relativa), a superexploração caracteriza-se por: i) aumento da intensidade do trabalho; ii) aumento da jornada de trabalho; iii) redução do salário real (o salário nominal cai abaixo do necessário para a reprodução mínima da força de trabalho) (MARINI, 2024).

continuam enfrentando condições precárias, baixos salários e instabilidade, evidenciando que a modernização produtiva não significou, necessariamente, um desenvolvimento mais igualitário.

4.1 O avanço do agronegócio na região nordestina: o desenvolvimento contemporâneo da modernização conservadora

Essa dinâmica de concentração de recursos e poder, observada na modernização da irrigação no semiárido, abre caminho para compreender o avanço do agronegócio na região nordestina. Enquanto a irrigação se consolidava como um vetor de crescimento, mantendo a conservação da estrutura fundiária, do acesso à água e das relações de trabalho, o modelo agrícola implantado no Vale do São Francisco se alinhava à lógica mais ampla da modernização capitalista, que, embora tenha trazido avanços tecnológicos e produtivos, não rompeu (e nem tinha essa intenção) com a estrutura de poder que controla o acesso à terra e aos recursos na região. Nesse contexto, a década de 1990, marcada pela internacionalização da produção e pela consolidação do agronegócio como modelo integrado, reforçou a concentração de terras e recursos nas mãos de grandes produtores. A expansão do agronegócio não só consolidou o modelo agroindustrial, mas também ampliou a subordinação da economia regional aos interesses globais, mantendo a centralidade de um desenvolvimento voltado para o mercado externo, enquanto os benefícios dessa transformação foram desigualmente distribuídos na sociedade local (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SANTOS, 2022).

No Nordeste brasileiro, o agronegócio encontrou terreno fértil para sua consolidação, sustentado por políticas estatais e incentivos financeiros voltados ao fortalecimento da agricultura comercial (BEZERRA, 2008). Nesse contexto, a fruticultura irrigada emergiu como uma estratégia central para mitigar as disparidades históricas regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul do país (LIMA, 2022). Desde a década de 1970, a CODEVASF tem sido um agente essencial na transformação do semiárido em uma região de alta produtividade agrícola, com foco na produção de frutas destinadas ao mercado internacional. Pomares de uva e manga, onde mais de 90% da produção é destinada à exportação, exemplificam essa dinâmica (ROCHA e DRUMOND, 2011). Os valores exportados são bastante expressivos e crescentes. Entre 2006 e 2021, por exemplo, as exportações de uva e manga da Ride Petrolina/Juazeiro passaram de US$150 milhões para o entorno de US$ 350 milhões (MELO; LIMA E COSTA, 2025).

Embora a fruticultura irrigada tenha gerado avanços econômicos significativos, incluindo um Valor Bruto de Produção (VBP) de R$ 5,4 bilhões em 2023 e a geração de 343 mil empregos diretos e indiretos (CODEVASF, 2023), seus benefícios ainda são marcados por pobreza e desigualdades. A concentração fundiária e as condições precárias de trabalho, principalmente em pequenos estabelecimentos, limitam o alcance social desses progressos (MIRANDA, 2017).

Além disso, a expansão das empresas de fruticultura nas regiões irrigadas provocou impactos diretos sobre os assentamentos rurais, sobretudo no que diz respeito ao acesso à água e à autonomia política dos pequenos produtores. Com isso, os impactos sobre salários e produtores de menor porte são limitados, comparativamente ao que ocorre com produtores mais capitalizados e de maior escala. Sobre isso, vale referir que, por um lado:

> A distribuição da remuneração média dos trabalhadores no cultivo de uva e manga na RIDE Petrolina-Juazeiro (...) revela uma forte concentração na faixa de até 1,5 salários mínimos em todos os anos analisados (2006, 2010, 2015 e 2021). Esse padrão salarial persistente ao longo do tempo indica uma estagnação salarial. Essa estagnação está correlacionada à ausência de avanços tecnológicos significativos, o que, por sua vez, não gerou uma demanda por maior qualificação da força de trabalho, nem contribuiu para a elevação dos salários no setor. (MELO; LIMA E COSTA, 2025, p. 157).

Por outro:

> (...) o crescimento da produção de uva e manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021 ocorreu principalmente por meio da expansão extensiva da área cultivada, acompanhada do aumento proporcional da força de trabalho formal. Esse processo aponta que o incremento na produção está mais associado à ampliação da área plantada do que a ganhos significativos na produtividade por hectare, caracterizando um avanço extensivo, baseado na expansão territorial e na contratação de mão de obra, em vez de um avanço intensivo, que dependeria de ganhos de eficiência produtiva. (MELO; LIMA E COSTA, 2025, p. 157).

Esse relato empírico evidencia que, apesar dos avanços econômicos do agronegócio, mesmo numa situação onde observa-se avanço, como é o caso, persistem relações profundamente assimétricas na distribuição dos recursos e no controle político das estruturas de apoio à produção, perpetuando o caráter conservador da modernização no campo nordestino.

5. Considerações finais

A comparação entre o passado colonial e a realidade atual revela a continuidade de muitos elementos estruturais, especialmente no que diz respeito à concentração de terras, à exploração da força de trabalho e à desigualdade social. Essa investigação procurou explicitar como a modernização da economia, longe de promover uma real transformação social, manteve ou até intensificou as desigualdades estruturais herdadas, caracterizando-se como uma modernização conservadora, que preservou a concentração de poder nas mãos das elites agrárias e manteve as condições de subordinação dos trabalhadores rurais.

Durante o período colonial, o sistema agrário era sustentado por uma elite agrária que controlava vastas áreas de terra, utilizando trabalho escravizado para a produção voltada para a exportação. Essa concentração de terra e de poder, associada à exclusão de pequenos produtores, moldou as relações agrárias de então e, em muitos aspectos, persistem até hoje. Na

contemporaneidade, o Vale do São Francisco mantém um modelo concentrado. Grandes proprietários controlam os recursos hídricos e a terra, enquanto os trabalhadores rurais ainda enfrentam condições de vulnerabilidade, com acesso limitado à terra. A irrigação e a grande escala de produção, em vez de democratizar a agricultura, reforçam a centralização de poder nas mãos de poucos, perpetuando um ciclo de desigualdade.

Portanto, apesar dos avanços tecnológicos e da transformação da paisagem produtiva, a estrutura fundiária e de acesso à água no Vale do São Francisco ainda refletem as mesmas exclusões históricas do período colonial. Esse artigo, ao destacar a modernização conservadora, propõe um olhar crítico sobre os limites do modelo de crescimento que persiste na região, apesar do relativo sucesso do mesmo do ponto de vista de capitalistas de porte médio e grande.

6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Nordeste, Espaço e Tempo: caminhos brasileiros 5*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

_____**.** A terra e o homem no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____**.** *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil.* Coleção Estudos Brasileiros, v. 4. São Paulo: Hucitec – Editora de Humanismo Ciência e Tecnologia, 1976.

_____**.** A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4 (24), p. 646–654, out./dez. 1986.

_____**.** de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 149-166, 2001.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas**.** *Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2008.

BRASIL. Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956. Cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 132 Brasília, 14 dez. 1956. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40554-14-dezembro-1956-342510-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sucesso da irrigação em Israel é resultado de extensão, tecnologia e pesquisa. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/dnocs/ptbr/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-3008. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.

11285, 18 dez. 1959. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 29 dez. 2024.

CASTRO, César Nunes de. Sobre a agricultura irrigada no semiárido: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política. Texto para Discussão, n. 2369. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Fruticultura. Codevasf, publicado em 17 ago. 2023. Última modificação em 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agriculturairrigada/projetos-de-irrigacao/fruticultura. Acesso em: 22 jan. 2025

D'ARAÚJO, Maria Celina**.** *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Apresentação de Ricardo Antunes. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009. ISBN 978-85-260-0152-7.

FGV IBRE. Monitor do PIB - Nordeste. Rio de Janeiro: FGV IBRE, mar. 2023. Disponível em**:** https://portalibre.fgv.br/system/files/2023-03/monitor-do-pib-nordeste-fev.23_1.pdf**.** Acesso em: 17 mar. 2026.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159 -196, out. 2010.

IANNI, Octavio. *Formação do proletariado rural no Brasil*. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 127-146.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da População 2024*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=41105. Acesso em: 29 dez. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas***.** Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas. Acesso em: 14 jan. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. Agência de Notícias, 6 jan. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-

pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021. Acesso em: 14 jan. 2025.

JOAQUIM, Nathália de Fátima**.** *[Sub]vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no semiárido de Petrolina (PE)* [manuscrito]. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.

LIMA, J. S. *A Produção da fruticultura irrigada no Nordeste: Considerações sobre as condições de trabalho dos assalariados rurais.* Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social - Desso, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48227. Acesso em: 10 mai. 2024.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; MIRANDA, Érico Alberto de A. *Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco*: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 611-632, nov. 2001.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Editora Insular. Florianópolis. 272p. 2024.

MATHIAS, Maíra. "No sertão, 'latifúndio hídrico' concentra a pouca água que existe." O Joio e O Trigo, São Paulo, 25 abr. 2023. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2023/04/no-sertao-latifundio-hidrico-concentra-a-pouca-aguaque-existe/. Acesso em: 6 fev. 2025.

MELO, Ielyson José Rodrigues de; LIMA, João Policarpo Rodrigues; COSTA, Ana Monteiro. Modernização conservadora e precariedade laboral: a fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro. *Revista Fim do Mundo*, Marília, n. 14, p. 149–168, jul./dez. 2025.

MIRANDA, E. E. (2017). Irrigação, Tecnologia e "Reexistência" Pobreza no Vale do Rio São Francisco. Agroanalysis.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia*. Revista Economia, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 155-173, set./dez. 2006. Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA-USP).

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 1).

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2017.

POSSÍDIO, E. L. de. *Petrolina - um Sertão verde*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1997. 6 p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 82).

ROCHA, Elder Manoel de Moura; DRUMOND, Marcos Antônio (ed.). *Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde.* Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 274 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**.** Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Henrique Faria dos. Neoliberalismo e expansão do agronegócio globalizado no Brasil. Revista Tamoios, v. 18, n. 1, p. 21-46, jan.-jun. 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63310. E-ISSN 1980-4490.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. *Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale do São Francisco.* In: SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVASF, 1., 2012, Juazeiro. *Anais...* Curitiba: CRV, 2012. p. 69-78. ISBN 978-85-8042-437-9.

SHIMADA, S. O. A produção do açúcar e a exploração do trabalho no campo brasileiro. Scientia Plena, v. 9, n. 5, 2013. Disponível em: http://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1097. Acesso em: 18 dez. 2024.

TAVARES, H. M. *A questão regional no segundo governo Vargas*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 4-24, 1991. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8991. Acesso em: 28 dez. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. Resr, Piracicaba, SP, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Impressa em fevereiro de 2015.